

Nº 71 - DEZEMBRO DE 2019

JORNAL DA APUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



APUB
SINDICATO

FILIADO
PROFES FEDERAÇÃO CUT

Para onde vamos?



América Latina:
as veias ainda abertas

Página 3

Violência acima de tudo,
privatização acima de todos

Página 4

► EDITORIAL

Contra a barbárie, a luta

Ao finalizar mais um ano, é momento de avaliar o que foi feito e buscar nos fortalecermos, como categoria e sujeitos políticos, em preparação ao que virá. A história das lutas populares nos ensina lições importantes, assim como olhar atentamente para o cenário atual nos aponta caminhos que serão, inevitavelmente, de resistência frente à barbárie.

Vemos a América Latina sacudida pela agitação política (pág. 3) e, aqui, aprendemos a entender o lugar do Brasil nessa conjuntura internacional, sabendo que devemos nos manter vigilantes: um conjunto de reformas perverso nos ameaça (págs. 4 e 5). Enfrentamos o início de um governo que, eleito pelo povo, não compreende o significado da Democracia. Através das violências literais e simbólicas, ele reafirma continuamente que é inimigo da educação, das/os docentes, da Universidade pública e até mesmo de quem o elegeru.

Diante da complexidade dos desafios de nosso tempo – seja de mobilizar, seja de enfrentar a “guerra híbrida” –, procuramos estreitar os laços com a comunidade universitária, com as professoras/es aposentadas/os, que tanto contribuem (pág. 8), e com outros sindicatos e movimentos sociais. Realizamos as Jornadas de Maio, mobilizamos contra a Reforma da Previdência e barramos a capitalização, levamos a Universidade para a Praça, debatemos sobre Ciência e Tecnologia (pág. 2) e dissemos não ao Future-se (págs. 6 e 7).

Se este ano nos ensinou algo é que a luta é de longo prazo e é substância de nossa existência como povo nordestino, brasileiro e latino-americano. Avante!

► CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Seminário debate financiamento e lança GT de Ciência, Tecnologia e Inovação da Apub



Aconteceu, nos dias 21 e 22 de novembro, o Seminário "Desafios do Financiamento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e na Bahia", organizado pela Apub Sindicato em parceria com o PROIFES-Federação. O evento debateu tanto questões científicas – com palestras do professor Martín Labarca, da Universidade de Buenos Aires, que abordou os 150 anos da Tabela Periódica e os problemas do reducionismo nas

ciências naturais – quanto políticas e da conjuntura, pautando as dificuldades para a produção do conhecimento científico em um cenário de ataque às Universidades e à própria ciência. Durante o Seminário, foi lançado o Grupo de Trabalho de Ciência, Tecnologia e Inovação da Apub, sob a coordenação do professor Jailson Alves, diretor acadêmico do sindicato. O GT terá como eixos centrais de discussão o financiamento da ciência

e tecnologia e inovação, Marco Regulatório Legal; Marco institucional e articulação das relações sindicais. Ainda, foi aprovada, no encerramento do Seminário, uma nota de repúdio às declarações do Ministro da Educação Abraham Weintraub, que acusou, mais uma vez, as IFES de estarem envolvidas em crimes de plantação de maconha e produção de metanfetaminas, sem comprovação factual.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

 www.apub.org.br

 71 3235-7433

 71 9.9157-0037

 apub@apub.org.br

 [apub.sindicato](https://www.facebook.com/apub.sindicato)

 [apubsindicato](#)

 ApubSindicato

 apubsindicato

Quer receber informações e notícias da Apub pelo whatsapp?

Mande um Oi para 9.9157-0037



APUB SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA - Rua Aristides Novis, 44, CEP 40210-630, Federação - Salvador - Bahia - 71 3235-7433, apub@apub.org.br - www.apub.org.br - www.facebook.com/apub.sindicato/ - twitter.com/apubsindicato - **DIRETORIA:** Presidenta: Raquel Nery Lima Bezerra, Vice-presidente: Emanuel Lins Freire Vasconcelos, Diretor Administrativo: Nildo Manoel da Silva Ribeiro, Diretora Financeira: Marta

Fernandes Carvalho, Auristela Felix de Oliveira Teodoro e Ubiratan Felix Pereira dos Santos. Suplentes: Eliete da Silva Bispo e Rutildes Moreira da Fonseca. **CONSELHO DE REPRESENTANTES** (Titular/Suplentes): UFBA – SSA: 1. Daniel Tourinho Peres (FFCH)/Fátima Regina Gomes Tavares (FFCH), 2. Marize Souza Carvalho (FACED)/Mevan Muniz da Costa Vargens (Teatro), 3. Luiz Eugênio (ISC)/Maria de Nazareth Viana (Farmácia/Aposentada); UFBA – IMS/Vitória da Conquista: 1. Daniele Souto Medeiros (IMS)/Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho (IMS/CAT), UFRB: 1. Claudia Feio da Maia Lima (CCS)/Maria de Fátima da Silva Pinto Peixoto [Aposentada]; IFBA: 1. Eloisa Santos Pinto (IFBA)/ José Antonio Alves Miranda [Aposentado], UNILAB – Campus Malês: Clarisse Goulart Paradis/ Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima [IHL- Malês]. **REDAÇÃO:** Anaíra Lobo, Carolina Guimarães. ascom@unipb.org.br, [WhatsApp: 71.91957-0037](https://www.whatsapp.com/channel/00299110000000000000), Diagramação: Carlos Vilmar. Impressão: Gráfica GRASS. Tiragem: 3.500 exemplares. Fechamento da edição: 29/11/2020.

► CONJUNTURA

América Latina: as veias ainda abertas

II *Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço) ”.*

Eduardo Galeano



Não é coincidência que agitações sociais e políticas estejam atingindo diversos países da América Latina. Nesta parte do continente, com nações ligadas por laços históricos de exploração, autoritarismo e subdesenvolvimento, e com economias baseadas na volatilidade das commodities, a Democracia e o Estado de Direito sempre foram mais um destino que um caminho. Embora haja inúmeras especificidades em cada país, há uma onda geral de descontentamento com classes políticas e elites econômicas em descrédito, de onde emergem soluções autoritárias e dogmatismos religiosos.

Enquanto no Brasil a Democracia é erodida por um governo eleito pelo voto popular, na Bolívia, por exemplo, deu-se um golpe de Estado quase à moda antiga, com militares “solicitando” a renúncia de Evo Morales, primeiro presidente indígena do país. O elemento novo é o fundamentalismo cristão (também presente no governo brasileiro) represen-

tado pela presidenta autoproclamada, Jeanine Áñez, que assumiu interinamente o governo dizendo “a Bíblia volta ao palácio”, e pelo ultradireitista Luís Fernando Camacho. No Peru – que assim como o Brasil sofreu severos abalos com a Operação Lava Jato – o presidente Martin Vizcarra dissolveu o Congresso e pediu novas eleições. Na Colômbia, parte das FARC voltou a pegar em armas, acusando o governo de Iván Duque de romper o acordo de paz firmado em 2016. A Venezuela segue em instabilidade com Nicolás Maduro ainda se mantendo no poder, apesar das tentativas de Juan Guaidó, outro presidente autoproclamado, de mimetizar o golpe boliviano. No Equador, protestos tomaram as ruas após o fim dos subsídios aos combustíveis, pelo governo Lenín Moreno; as grandes manifestações no Chile, cujo estopim foi o aumento na tarifa do transporte público, conseguiram pôr em cheque a Constituição do país, herança da ditadura de Pinochet e, na Argentina, o neo-

liberal Mauricio Macri perde as eleições para a chapa de Alberto Fernández e Cristina Kirchner.

O que se vê, transversalmente, em vários dos governos autoritários e/ou ultraneoliberais presentes na região, é a subserviência aos Estados Unidos, a adesão a “medidas de austeridade”, desmonte das redes de proteção social e graves violações aos Direitos Humanos. E, nas manifestações populares, aparece justamente o repúdio a essas políticas, embora de maneira muitas vezes difusa e sem apontar caminhos alternativos – ou até mesmo apontando caminhos autoritários. A edição mais recente da pesquisa Barômetro das Américas (LAPOP), realizada pela Universidade Vanderbilt em parceria com instituições locais, que avalia a percepção das pessoas sobre a Democracia e das instituições políticas na América Latina, apontou que a satisfação no continente com os regimes democráticos tem média de apenas 39,6% (Bra-

sil: 41,7%, Chile: 41,2%; Bolívia: 40,8%, Peru: 28,0%). Fato é, que mesmo na Argentina e Chile, que parecem caminhar para a desconstrução do neoliberalismo, permanecem as contradições e limites de uma América Latina que sempre esteve na periferia do capitalismo, que nunca se emancipou realmente e onde muitos de seus povos vivem ainda as consequências da escravidão e submetidos ao genocídio. Nesse contexto, defender valores democráticos e transformar a insatisfação generalizada em luta organizada são os principais desafios. Uma pista está em Eduardo Galeano que diz: “nestas terras, não assistimos à infância selvagem do capitalismo, mas sua decrepitude. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o”.

► RETROCESSOS

Violência acima de tudo, privatização acima de todos

As reformas do Estado, propostas pelo governo Bolsonaro, são a continuidade de um projeto de exclusão e empobrecimento da população e têm como horizonte o desmonte das políticas sociais e a privatização de direitos que hoje são garantidos pelo serviço público.

Sob a justificativa da necessidade de reequilibrar as contas do Estado, o Ministro da Economia, Paulo Guedes anunciou, no dia 05 de novembro, o Plano Mais Brasil composto por três Propostas de Emenda à Constituição – as PECs 186/2019 (Emergencial Fiscal), 187/2019 (Revisão de Fundos Públicos) e 188/2019 (Pacto Federativo).

Entre outros pontos, destacam-se no Plano medidas que visam a redução do papel do Estado na garantia de serviços essenciais, a exemplo das propostas de flexibilização do valor mínimo dos investimentos em saúde e educação, desobrigação do poder público de construir escolas e extinção do Plano Plurianual, o qual estabelece diretrizes para as ações e metas orçamentárias do governo. Além dessas medidas, que aprofundam os efeitos perversos da Emenda Constitucional 95 de congelamento dos gastos públicos por 20 anos, há um grave ataque direcionado aos servidores públicos.

SERVIDORES E SERVIÇOS PÚBLICOS NA MIRA

O governo tem promovido uma campanha de difamação contra os servidores e as instituições públicas, principalmente as Universidades, que já vêm sofrendo com contingenciamento de verbas nos últimos anos, agravado com a eleição de Bolsonaro. Em maio deste ano, o MEC anunciou cortes de 30% para as IFES, decisão seguida de inúmeros protestos e mobilização nacional, culminando nas Jornadas de Maio pela Educação, que se estenderam ao longo dos meses seguintes para também se opor ao Future-se, que projeta acabar com a autonomia de gestão financeira e administrativa das Universidades a partir da inserção de Organizações Sociais, além da ame-

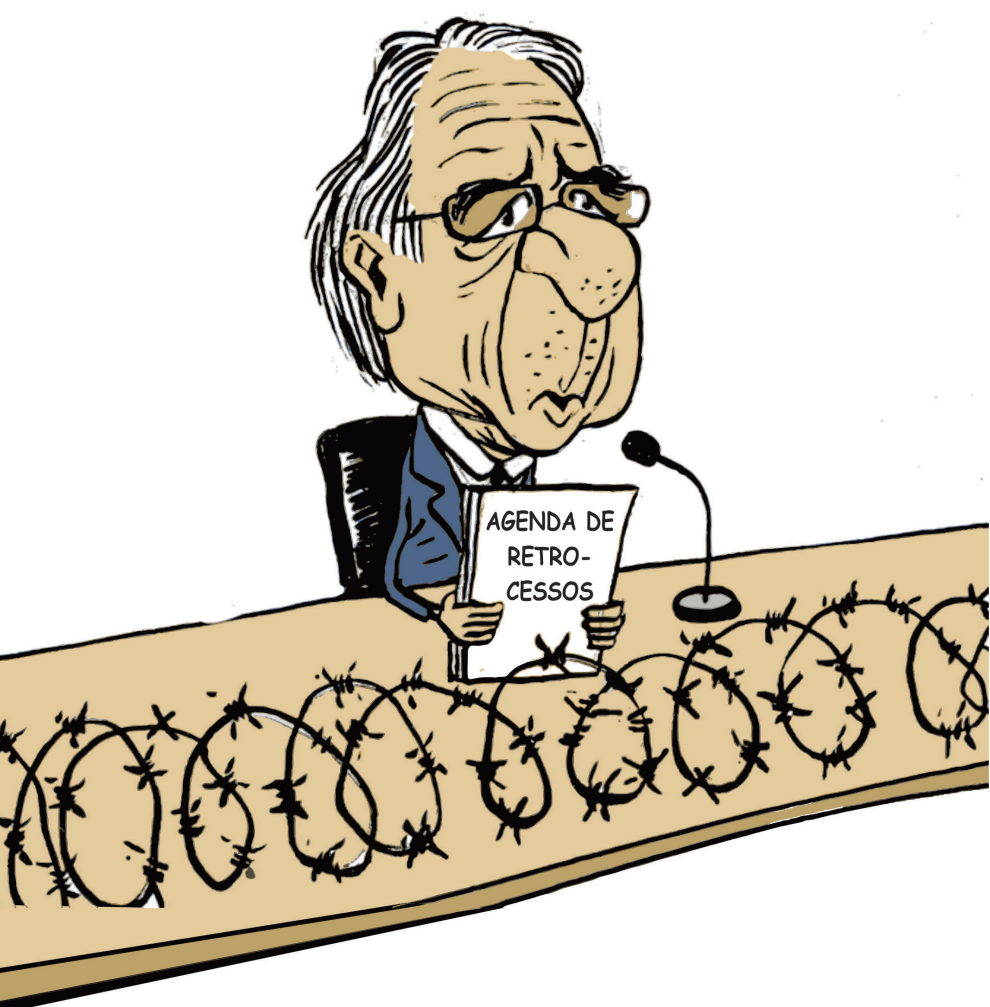
aça à autonomia didático-científica com a submissão dos investimentos aos interesses do mercado e das empresas privadas.

Entre balbúrdia, zebra gorda e acusações falaciosas sobre produção de anfetaminas e maconha nos campi, há uma ostensiva desconstrução do funcionalismo público que extrapola o discurso e poderá ser incrementada com o novo pacote de velhos projetos que o governo tenta aprovar (*vide box*).

O atentado às carreiras do funcionalismo público tem como precedente as diversas tentativas de precarização da oferta e qualidade dos serviços para, enfim, abrir os caminhos para a privatização geral e irrestrita. Como consequência extrema destas políticas, haverá a redução quase absoluta da participação do Estado brasileiro na promoção e garantia dos direitos mais fundamentais, prejudicando amplos setores da população e também o desenvolvimento econômico e social, já que promove um ciclo de desinvestimento, o aumento da pobreza e estrangula as Universidades públicas, Ciência e Tecnologia.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA "AUSTERIDADE" FISCAL

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua do IBGE, em 2018, a concentração de renda e a extrema pobreza aumentaram. O Índice Gini, coeficiente que mede a desigualdade social numa escala de 0 a 1, subiu de 0,538 para 0,545, o maior desde 2012. De 2014 para cá, a renda média dos mais ricos cresceu 9,4% e a dos 5% mais pobres reduziu em 39,3%. Já a Taxa de Desocupação, segundo dados da mesma pesquisa, em setembro deste ano foi de 11,8%, representando 12,5



Adaptado de: www.domtotal.com

milhões de pessoas desempregadas, contra 9,6% em 2015.

Não coincidentemente, neste período após o golpe, foram aprovadas a EC 95, em dezembro de 2016, e a Reforma Trabalhista, em julho de 2017, já sob pretexto da necessidade de ajuste fiscal para impulsionar a economia e estimular a geração de empregos. E, agora em novembro, foi promulgada a Reforma da Previdência, a despeito da mobilização social que havia conseguido derrotar outra proposta durante a gestão de Temer e, ao menos, impediu que o desmonte da Previdência Social fosse constitucionalizado com o projeto de capitalização, que era a menina dos olhos de Paulo Guedes. Ainda assim, na prática, o texto aprovado impedirá muitos as/os trabalhadoras/es de se aposentarem com o aumento do tempo de contribuição atrelado à fixação da idade mínima, além de reduzir o valor dos benefícios, levando a população idosa e aqueles que necessitam de assistência social a viver na miséria.

Obviamente, o governo argumenta um suposto gigantismo da máquina estatal brasileira e o excesso de direitos, seja nomeando-os de "mamata" ou de "aparelhamento da esquerda", inferindo assim a necessidade de uma Reforma Administrativa. Ora, apenas falando dos trabalhadores do serviço público, eles representam apenas 12% da população ocupada contra 21% da média dos 36 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O índice por si só não diz muito, no entanto, os países que são a suposta referência para as políticas liberais, ocupam quase o dobro no serviço público, inclusive com populações menores.

No que tange a Reforma Administrativa, há alternativas populares para o enfrentamento da crise fiscal e econômica, assim como para a recuperação das políticas públicas, tais como a Reforma Administrativa Republicana e Democrática, divulgada no documento "Reforma administrativa do governo federal: contornos, mitos e alternativas" do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE) e a proposta de Reforma Tributária Solidária da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e Federação Nacional do Fis-

co Estadual e Distrital (FENAFISCO), que trazem propostas como taxação de lucros e dividendos, aumento das alíquotas do imposto sobre grandes fortunas e fortalecimento das empresas e da gestão pública.

POLÍTICA DE MORTE

A desobrigação do Estado em relação ao financiamento público progressivo das políticas sociais recoloca o Brasil não só no mapa da fome e da miséria, que por si só já são motivos para execrar este governo, mas também retrocede em relação às políticas de direitos humanos e de reparação histórica voltadas às populações negras e indígenas. Impossível apartar estas políticas fiscais ultraliberais de Paulo Guedes - pós-graduado na Escola de Chicago e aliado político dos economistas chilenos da ditadura de Pinochet (1973-1990) - do caráter autoritário e militarizado deste governo, ante às declarações de membros ou de apoiadores que fazem ode à ditadura e tortura, pois ambas são políticas de morte, racistas, misóginas, lgbtfóbicas e definitivamente antipopulares. Tanto é que o próprio Guedes reforçou, em entrevista coletiva no dia 25 de novembro, a fala de Eduardo Bolsonaro sobre a possibilidade de acontecer outro AI-5 no Brasil.

Por sua concepção excludente e classista, tal programa econômico só pode ser implementado por duas vias: pela propaganda mentirosa e/ou pela força, avançando sobre as resistências populares que insistem e teimarão em derrotar o colonialismo, o pensamento escravocrata da elite política e a submissão aos lucros.

PRINCIPAIS RISCOS DO "PLANO MAIS BRASIL"

- ☑ Possibilidade de reduzir a jornada e os salários dos servidores públicos em até 25%;
- ☑ Flexibilizar o valor mínimo dos investimentos em saúde e educação;
- ☑ Suspender concursos públicos;
- ☑ Proibir progressões funcionais (exceto militares, membros do MP, judiciário, diplomatas e policiais);
- ☑ Desobrigar o Estado de construir escolas, ampliando o espaço da iniciativa privada e radicalizando o processo de privatização da educação pública;
- ☑ Cortar as despesas em Estados e municípios em troca de ampliação de repasses federais, mas com proibição de auxílios futuros da União aos entes federativos em dificuldades;
- ☑ Extinguir cerca de 23% dos municípios brasileiros;
- ☑ Pagar a dívida pública com recursos de fundos criados com outros propósitos.
- ☑ Esvaziar o BNDES através da subtração de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho, que hoje garante os Programas do Seguro Desemprego e de Geração de Emprego e Renda;
- ☑ Extinguir o Plano Plurianual (Planejamento Orçamentário).



► MOBILIZAÇÃO



Apub diz não ao Future-se!

Apub vai às unidades da UFBA para debater o “Future-se”

A Apub visitou diversas unidades da UFBA para dialogar sobre o “Future-se”, atendendo a solicitações das direções e/ou Congregações. As intervenções, que abordavam tanto a conjuntura política quanto os aspectos jurídicos, apontavam para as principais ameaças do projeto - renúncia à autonomia de gestão financeira, administrativa e acadêmica, quebra do pacto constitucional de responsabilização do Estado pelo financiamento, renúncia ao patrimônio das Universidades e desestruturação da carreira docente e dos servidores técnicos-administrativos. O sindicato esteve em Nutrição, FAGED, Farmácia, Matemática, Arquitetura, Ciência da Informação, IGEO, FACOM, Enfermagem, IHAC, Teatro, IMS (em Vitória da Conquista), Química, FFCH e Psicologia, além do IFBA, em atividade conjunta com o Sinasefe.

Elaborado sem consulta a entidades da educação, reitores/as ou comunidade acadêmica, o projeto “Future-se” – anunciado no dia 16 de julho e apresentado como programa de Lei em 16 de outubro, sem mudanças significativas de sua primeira versão - foi vendido como uma proposta de inovação das Universidades e modernização de seus métodos de financiamento, a partir de captação de recursos junto a empresas privadas para a formação de um Fundo financeiro para as Universidades Públicas. O projeto veio no esteio de uma grave crise orçamentária, causada pelo próprio governo federal que bloqueou recursos das IFES desde 30 de abril; o desbloqueio foi anunciado somente em outubro. Desde o primeiro anúncio do “Future-se”, a Apub se posicionou de forma crítica, mas sem renunciar ao necessário debate sobre o financiamento da educação pública e a autonomia universitária. O sindicato promoveu, ao longo dos meses, uma série de atividades que colocaram em pauta não apenas o “Future-se” em si, mas como ele é um dos sintomas de um projeto de desmonte da Universidade, da Educação e dos serviços públicos. Essas questões foram expostas através de uma campanha online sobre os riscos do projeto, realizada nas redes sociais do sindicato entre 27 de julho e 02 de agosto, e tema da última edição do Jornal da Apub; também foram levadas aos diversos atos de rua, como as Greves da Educação, em passagens nas unidades da UFBA e abordadas em seminários, assembleias, audiências públicas e eventos de formação que a Apub promoveu ou participou.

Assembleia da Apub diz não ao Future-se | 07 de agosto



Reunidos/as em Assembleia Geral realizada no dia 07 de agosto, no auditório do PAF I da UFBA (campus de Ondina), professores e professoras representados/as pela Apub aprovaram o posicionamento oficial do sindicato de colocar-se contra o projeto “Future-se” apresentado pelo Ministério da Educação.

Apub realiza Seminário de Formação sobre impactos e riscos do “Future-se” | 12 de setembro

A Apub realizou um Seminário de Formação que destrinchou os principais eixos do “Future-se” e as razões pelas quais ele representa um risco para a concepção de universidade pública estabelecida na Constituição de 88. O debate foi conduzido pela presidenta Raquel Nery e pelo vice-presidente Emanuel Lins.

Apub participa de audiência pública na OAB-BA | 20 de setembro



A presidenta da Apub, Raquel Nery, representou o sindicato em audiência pública, promovida pela OAB-BA, sobre o “Future-se”. Ela falou sobre o pano de fundo da proposta do governo, que é a quebra do pacto social estabelecido pela Constituição de 88 e a (contra) reforma do Estado brasileiro. Além disso, a professora pontuou que “a asfixia financeira veio combinada com uma propaganda criminosa contra a imagem da universidade pública” e defendeu a autonomia universitária, a capacidade de boa gestão comprovada em todos os âmbitos e a unidade do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior.

Plenária Unificada dos 4 setores da UFBA rejeita Future-se | 26 de setembro



No dia 26 de setembro, a Plenária Unificada dos quatro setores da UFBA, realizada na Faculdade de Arquitetura da UFBA, disse não ao “Future-se” e exigiu a recomposição imediata do orçamento das Universidades públicas. A plenária foi organizada pela Apub, Assufba, DCE/UFBA, Sindilimp e Sindvigilantes. A presidenta da Apub, Raquel Nery explicou a articulação feita pelas cinco entidades e falou sobre as ameaças à Educação, Ciência e à Soberania. Enfatizou ainda os ataques aos docentes, trazendo especificamente o anúncio do Decreto 9.991, publicado em 28 de agosto, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal. Raquel explicou que, em suma, a medida tanto fere a autonomia das IFES quanto afeta a qualificação das/os docentes, que deve ser permanente.

Apub e PROIFES promovem Seminário sobre autonomia e financiamento da Universidade pública | 03 e 04 de outubro



Aconteceu, nos dias 03 e 04, o “Seminário Nacional Universidade Pública: autonomia e financiamento”, promovido pela Apub Sindicato e PROIFES-Federação, em Salvador, com a finalidade de construção coletiva de subsídios e articulação para o enfrentamento ao desmonte da educação promovido pelo atual governo. A atividade, que fez parte da programação da Greve Nacional da Educação, debateu sobre qual projeto de Educação e Universidade pública precisa ser defendido no país, considerando principalmente a questão da regulamentação da autonomia universitária e as metas para o investimento público na área. Estiveram presentes no evento, além das/os docentes, estudantes, servidores/as técnicos e trabalhadores/as terceirizados/as da UFBA, representações de sindicatos de docentes de várias regiões do país e membros da diretoria do PROIFES.

UFBA rejeita o Future-se em reunião extraordinária do Consuni | 29 de outubro



Após várias rodadas de debate qualificado, nas quais a Apub deu sua contribuição, o Conselho Universitário da UFBA, em reunião extraordinária realizada no Salão Nobre da Reitoria, rejeitou, por unanimidade a adesão da universidade ao projeto “Future-se”. Na reunião, ocorreram falas do professor Emanuel Lins, vice-presidente do sindicato e representante docente no Consuni, que fez uma defesa da autonomia e da diversidade nas IFES, e da presidenta Raquel Nery, a convite da reitoria, que destacou o papel assumido pelo sindicato na oposição ao projeto.

► APOSENTADOS

Defesa da Universidade pública e o papel dos docentes aposentados são discutidos em Encontro



Realizado nos dias 07 e 08 de novembro, o VI Encontro de Professores e Professoras Aposentados/as da Apub foi marcado por homenagens, confraternização, arte e debate sobre a conjuntura política atual, os desafios que ela impõe à defesa da Universidade pública e as contribuições de aposentados e aposentadas nessa luta. O Encontro reuniu cerca de 60 pessoas.

A Abertura, que teve início com a apresentação do grupo vocal Madrigal da Escola de Música da UFBA, contou com falas da presidenta da Apub, professora Raquel Nery, do professor Joviniano Neto, diretor social e de aposentados, professora Rutildes Moreira Fonseca, coordenadora da Comissão de Aposentados/as, instância responsável pela organização do Encontro. Eles/as destacaram a contribuição do segmento para o sindicato e para a Universidade e a importância dos momentos de encontro e conagração para o fortalecimento da luta. A professora Rutildes reiterou o convite à participação na Comissão, que se reúne no sindicato todas as quartas-feiras. O professor João Salles, reitor da UFBA, proferiu homenagem ao professor Ubirajara Rebouças (*in memoriam*); a professora Ariadne Moraes homenageou o professor Pasqualino Magnavita, ambos da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Pasqualino respondeu com empolgante depoimento sobre

sua vida. A noite foi encerrada com abertura da exposição de arte, que foi até 22 de novembro, organizada pela professora Marlene Cardoso e com obras de outros 7 artistas.

No dia 08, a mesa “Mudanças no Brasil: impactos e reações” trouxe novamente a participação da professora Raquel Nery, que abordou os ataques à Universidade e os desafios colocados para o movimento docente, contextualizando o cenário nacional no qual vigora a EC 95 do teto dos gastos, a Reforma Trabalhista e do Ensino Médio. “Somente 11,8% das instituições de ensino superior são públicas. Portanto, há um déficit de oferta de vagas, de acesso à Universidade pública. Nos últimos anos, houve uma tentativa de correção desse déficit, inclusive o Plano Nacional de Educação é resultado disso, principalmente fruto da intensa mobilização da militância do campo da educação, a Apub incluída nisso”, apontou. Paralelamente ao processo de expansão e democratização das Universidades

públicas, houve também aumento da privatização da educação a partir das políticas de financiamento do governo federal. No entanto, o momento agora é de ameaça à existência da Universidade pública com tentativas de desqualificar, cortes de verbas e a proposição do “Future-se”. “Nenhuma nação superou seus problemas na modernidade sem investimento em educação e em ciência e tecnologia”, concluiu. Entre os principais desafios, pontuou a necessidade de realizar mobilizações, sistematizar informações e torná-las acessíveis à população, romper a bolha da comunicação e ampliar as articulações com os setores democráticos.

“O Brasil só perde para o Chile do ponto de vista do número de matrículas em instituições privadas de ensino superior”, afirmou a diretora da Apub, professora Marta Lícia de Jesus, em sua exposição sobre o cenário desafiador do avanço da mercantilização da educação na América Latina. Apontou também questões sobre a defesa do projeto de Universidade para o país. “Mesmo com todos os ataques que estamos sofrendo, o principal desafio é conseguirmos nos definir, nos perceber e reconhecer como uma Universidade voltada para a defesa de uma educação pública, gratuita e inclusiva”, defendeu. Para

ela, a realização deste projeto exige a incorporação de uma concepção epistêmica e prática dos povos originários e afrodescendentes.

“Ética e verdade x Fake News e pós-verdade” foi o tema que norteou a fala do professor Joviniano Neto. Para ele, a Universidade seria, teoricamente, o lugar mais adequado para enfrentar esses fenômenos e definir a defesa da ética e a busca da verdade, porque é o lugar da produção do conhecimento, da ciência, da filosofia, e toda essa ideia tem por trás a afirmação progressiva da verdade. “O fenômeno da fake news, mentiras e boatos acontece desde sempre. Agora, o problema é que, com as redes sociais e a inteligência artificial, as mentiras viram ameaças muito maiores” e, portanto, causam problemas e têm impactos mais agressivos. O professor apresentou ainda alguns modos de enfrentar a questão, inclusive sites de checagem de notícias.

O Encontro continuou ao longo do dia com palestra e prática de meditação, debate sobre os impactos da reforma da previdência para os aposentados e informes jurídicos com a presença da advogada Laís Pinto para falar sobre a ação dos 3,17% e do advogado Pedro Ferreira para tirar dúvidas sobre outros processos.